

120/3337

12.90

**Ives Gandra da Silva Martins**

A HIPERINFLAÇÃO BRASILEIRA E O FUTURO GOVERNO

**IVES GANDRA DA SILVA MARTINS (55),**  
Professor Titular de Direito Econômico  
e de Direito Constitucional da Faculdade  
de Direito da Universidade Mackenzie  
e Presidente do Conselho Superior de Estudos  
Jurídicos da Federação do Comércio do Estado  
de São Paulo.

O Brasil já vive a hiperinflação. Os seis elementos que a conformam encontram-se instalados na economia brasileira, a saber: 1) inflação ascendente mensalmente; 2) inflação calculada diariamente; 3) inflação superior a 50% ao mês; 4) dolarização da economia; 5) desorganização dos preços relativos; 6) queda do nível de produção e aviltamento dos salários.

Por outro lado, a absoluta falta de credibilidade do atual governo -o pior da história brasileira- e a total insegurança sobre as medidas a serem adotadas pelo futuro governo tornam o quadro mais dramático e com um componente de aceleração psicológica dificilmente controlável até à posse, que poderá levar a se tornarem conservadoras as previsões mais pessimistas de inflação para março (previ 100% em novembro ao proferir palestra para empresários de construção no início daquele mês).

Com minha turma de pós-graduação, na Universidade Mackenzie, em 1989, debrucei-me sobre as grandes hiperinflações mundiais e



nenhum dos países que as enfrentaram, com coragem, dela saíram sem uma profunda recessão e com perdas substanciais para empresários, profissionais e empregados. Quanto maior o nível da hiperinflação, tanto maior a recessão e o sofrimento para a nação dela sair.

Na Alemanha de 1923, seis meses antes das rigorosas medidas adotadas, o nível de desemprego era de 2%. Uma semana antes do caos econômico provocado, o desemprego chegara a 35%. E, por isto, a população aceitou a dramática alteração do quadro, com um brutal congelamento da moeda e não dos preços, que foram derrubados pelo mercado e por dolorosa recessão.

Não há congelamento de preços por decreto. O presidente Sarney tentou 3 vezes, Alfonsín e Menem algumas vezes, Deocleciano, em 301 D.C., e Hamurabi em 1800 A.C. Fracassaram todos. A Heritage Foundation, em livro prefaciado em português por Henry Maksoud, editou pesquisa de 40 séculos de congelamento, com 40 séculos de fantásticos insucessos e nenhum caso de resultados duradouros.

O congelamento da moeda deveria ser feito, não pelo confisco ou moratória interna (proibido pelo artigo 148 da C.F.), mas pelo breque na emissão (permitido pelo artigo 164 da C.F.). O futuro governo poderia respeitar o mercado financeiro, taxando mais pesadamente, via IOF, as aplicações a curtíssimo prazo ou ao portador e decrescendo tal imposição para aqueles títulos a prazo mais longo. O congelamento do poder emissor do governo e a contestação judicial ao orçamento de 1990 (quanto às benesses aprovadas e proibidas pelo artigo 38 das Disposições Transitórias, de tal maneira que o governo não gastaria mais com os funcionários da administração direta e indireta do que 65% de sua receita líquida, sem subsídios e transferências) provocariam uma brutal

2

**Ives Gandra da Silva Martins**

falta de dinheiro no mercado. A queda violenta dos vencimentos dos servidores públicos, que têm a garantia do emprego, mas que não têm, todavia, direitos adquiridos contra dispositivos da própria Constituição em matéria orçamentária seria a decorrência. E o setor privado, no enxugamento do poder emissor direto ou escritural do Banco Central, passaria a ter que queimar estoques, gerando inclusive desemprego e desaquecimento da economia, com o que o mercado congelaria os preços sem, para tanto, valer-se da decretina mania de fazê-lo por tais veículos legislativos.

É uma ilusão pensar que o país sairá da hiperinflação, em que está, com medidas paliativas e sem recessão violenta, como muitos políticos, empresários e sindicalistas, sem formação jurídica ou econômica, têm sugerido.

Fui faixa preta de Karatê, em 1965, tendo feito algumas exibições públicas em televisão e academias, à época. Lembro-me do meu velho professor Akamine, quando dizia que os "Katas" (sequência de movimentos de ataque e defesa contra um inimigo hipotético) de nada serviriam se, nos "Kumites" livres (luta contra um inimigo real) não estivessem medularmente memorizados.

O presidente Collor, por enquanto, tem exibido habilmente, como lutador de "Karatê" que é, variados "Katas" contra o hipotético inimigo inflacionário, em suas viagens e entrevistas. O que eu espero é que esteja com os mesmos memorizados, quando tiver que enfrentar, em "Kumites" livres, a partir de 15 de março de 1990, a hiperinflação brasileira.



Handwritten signature and scribbles, including the number 56.